



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre a relação das obras contratadas em caráter emergencial.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, as informações abaixo elencadas sobre a relação de todas as obras contratadas em caráter emergencial:

Quais as obras contratadas em caráter emergencial com a Pasta, informando, em cada caso:

- a) Número do Contrato;
- b) Objeto contratado;
- c) Valor Original;
- d) Duração do Contrato;
- e) Situação de execução em que se encontra o objeto do contrato;
- f) Cópias dos referidos contratos e aditivos.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 8.666 de 1993 prevê em algumas situações a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de licitação.



Câmara dos Deputados

A dispensa de licitação baseada em emergência só é admitida se o gestor demonstrar que o fato não poderia ter sido previsto e que a falta de adoção de medidas urgentes poderia ocasionar danos à Administração Pública.

Hoje, cotidianamente encontramos nas ruas placas de construções espalhadas em vários cantos das cidades. Inúmeras empreiteiras celebram contratos com dispensa de licitação, alegando caráter emergencial, dando margens a prática de preços muito acima do mercado, o que deixa em alerta alguns órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público.

Corriqueiramente o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit coloca-se em processo de contratações de obras emergenciais.

Conforme reportagem veiculada no Estado de Minas, em 22 de março de 2012:

Dnit começa a liberar R\$ 126 milhões para obras emergenciais

Especialistas apontam deficiência em contratos de conservação

Sem uma conservação capaz de prever problemas em ribanceiras e barrancos e de os reforçar preventivamente, as estradas federais em Minas se tornaram vulneráveis às chuvas, que deixaram o estado quase isolado, chegando a ter 30 (71%) dos 42 bloqueios brasileiros em 11 de janeiro. Agora chegou a conta: R\$ 126 milhões estão sendo gastos em trechos com e sem contratos de manutenção, em 16 obras emergenciais. Todas as intervenções ocorrerão sem licitação, por meio de convites. Um prêmio para empreiteiras contempladas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), depois de sua incapacidade de prever e evitar erosões e deslizamentos. "Desde outubro, a Defesa Civil emite alertas avisando sobre chuvas fortes. Quem quisesse se prevenir estava bem munido de informações", afirma o meteorologista Ruibran dos Reis, do ClimaTempo.

Entre as estradas que receberão reformas emergenciais estão as BRs 040, 116, 262, 267, 281, 354, 356, 381, 393, 482, 494 e 499. As obras foram delegadas a empresas escolhidas pelo Dnit, já que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 8.666, de 1993) prevê a dispensa de concorrência em "casos de calamidade". Para o professor de direito administrativo Luciano Ferraz, da UFMG, o Dnit precisa explicar a necessidade de decretar emergência e ainda poderá sofrer investigação de



Câmara dos Deputados

órgãos de controle. "O Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e até o Ministério Público podem levantar se a situação que resultou em obras emergenciais não foi resultado de negligência", afirma.

Segundo o Dnit, a maioria das rodovias - o órgão não informou quais - tinham contratos de conservação ativos quando as chuvas provocaram desmoronamentos de barrancos sobre o asfalto e erosões no solo, tornando muitos trechos intransitáveis e perigosos. Contudo, de acordo com a autarquia federal, "os contratos de manutenção e conservação cobrem apenas serviços rotineiros, como tapa-buracos, roçada e sinalização". Ou seja, nada é feito para monitorar e impedir as movimentações do solo e o avanço das erosões. Os contratos com as empresas também "não têm em seu escopo o tipo de serviço emergencial: terraplenagem em grandes volumes, compactação, contenção de encostas. Nem com 25% de aditivos permitidos por lei aos contratos", informou o departamento, que minimiza os convites a empreiteiras, explicando que cada contrato teve três empresas chamadas e o menor preço foi escolhido.

BLOQUEIOS "O problema não é de engenharia. É de gestão e de planejamento. Ou os contratos de manutenção eram suficientemente capazes de tratar o que consideraram imprevistos ou a fiscalização gerencial não fez valer o que estava no contrato. O problema vem de antes do contrato", avalia o mestre em engenharia de transportes pelo Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro (IME) Paulo Rogério da Silva Monteiro. De acordo com ele, pequenos problemas de conservação poderiam ter resultado em estragos por todo estado. "Raramente a gente aprende com os erros. Pequenos defeitos malcuidados podem gerar grandes problemas, como bueiros entupidos e encostas desprotegidas. O que parece é que essas vias estavam vulneráveis", disse.

Interrompida por quase um mês por erosões e montanhas de terra e pedras que deslizaram sobre o asfalto, a BR-356, entre Ouro Preto e BH, é a que receberá mais recursos, R\$ 38,8 milhões. A BR-040, entre BH e Rio, é a estrada que receberá o segundo maior aporte de recursos sem licitação, somando R\$ 26,3 em três contratos, sendo que um deles prevê também ações nas BRs 262 e 381 no Anel Rodoviário. A estrada chegou a ter quatro bloqueios simultâneos na época das chuvas, só no trecho BH-RJ. Em Itabirito parte da montanha do km 583 cedeu e a margem da pista no sentido Rio precisou ser interditada, pois a força das águas de um córrego escavou a terra e deixou a estrada dependurada. Em Conselheiro Lafaiete e em Congonhas, na Região Central, a estrada ficou alagada. [...]

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/03/22/interna_gerais,284787/dnit-comeca-a-liberar-r-126-milhoes-para-obras-emergenciais.shtml



Câmara dos Deputados

Dessa forma, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2012

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP